



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 639138 - SP (2021/0004830-9)**

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : PATRICIA GALINDO DE GODOY CAZAROTI  
**ADVOGADA** : PATRICIA GALINDO DE GODOY CAZAROTI - SP203432  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CARLOS ROBERTO CALIXTA DE MORAES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS ROBERTO CALIXTA DE MORAES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Revisão Criminal n. 0053445-40.2017.8.26.0000).

O paciente foi condenado e, em revisão criminal, julgada em setembro de 2019, teve o pedido parcialmente deferido para reduzir as penas para 5 anos e 4 meses de reclusão e 13 dias-multa, em razão da prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

Sustenta a impetrante que o acórdão proferido na revisão criminal "carece de fundamentação quanto a incidência da circunstância atenuante, logo, deve ser reformado para que seja aplicada a atenuante da confissão prevista no art. 65, III, "d", do Código Penal" (fl. 8).

Alega que "a decisão proferida em sede de revisão criminal que não adentrou aos fatos concretos levantados pela defesa técnica não pode ser considerada fundamentada, logo, é ilegal e sua nulidade deve ser decretada" (fl. 10).

Requer, liminarmente, que seja determinada a reativação da "Revisão Criminal nº.: 0053445- 40.2017.8.26.0000 e desentranhado o acórdão dos autos". No mérito, pugna pela concessão da ordem para "para anular o acórdão, determinando que outro seja proferido" (fl. 10).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, ainda mais por se tratar de decisão proferida em setembro de 2019, que não reclama análise com extrema

urgência.

Considerando, também, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente